

Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste¹

Túlio Kahn

Doutor em ciência política pela USP e colaborador da Fundação Espaço Democrático. Foi Coordenador de Análise e Planejamento da SSP-SP, Diretor do DCAASP/MJ no governo FHC, coordenador de pesquisa do ILANUD e pesquisador associado ao NEV-USP.

concrim@uol.com.br

Resumo

O artigo procura explicar as tendências criminais recentes no Brasil, em especial as razões da queda da criminalidade no Sudeste e crescimento no Norte/Nordeste na última década. Discute como os indicadores econômicos afetam os crimes patrimoniais, sensação de segurança, disponibilidade de armas e homicídios e como as diferenças de nível e evolução do desenvolvimento econômico das Regiões brasileiras nos últimos anos ajudam a entender a criminalidade atual.

Palavras-Chave

Indicadores; Criminalidade; Desenvolvimento econômico

Criminalidade e Riqueza

A criminologia já estabeleceu que o nível de criminalidade de determinada região guarda relação não só com a procura (quantidade de criminosos), mas também com a oferta, isto é, com a quantidade de bens disponíveis para serem furtados ou roubados. Em outras palavras, a abundância, se por um lado diminui os motivos para o cometimento de crimes entre os criminosos, por outro, aumenta o número de ocasiões e oportunidades de ganhos com o crime. Além disso, a abundância faz frequentemente com que aumentem as diferenças relativas entre as classes sociais, mesmo que todas estejam em patamares mais elevados de riqueza, despertando frustração e cobiça – em contraste com os locais onde a pobreza é comum a todos.

O nível de criminalidade de determinado local depende, assim, de uma combinação de fatores convergentes, tais como número de ofensores motivados, grau de controle social e fatores de oportunidade. O nível de criminalidade maior (nos crimes contra o patrimônio) dos países mais ricos é um exemplo da influência destes fatores de oportunidade, conforme argumenta recente relatório da Heuni sobre a criminalidade no continente europeu:

Abundância tem um impacto duplo sobre os níveis de criminalidade. Há uma menor demanda por crime nos países mais afluentes.

Fatores motivacionais importantes, tais como desigualdade de renda, insatisfação com rendimentos e desemprego, por exemplo, tendem a ser menores nos países mais afluentes. Se o nível de abundância cresce – e se a nova riqueza adquirida não é tão mal distribuída – o conjunto de ofensores motivados numa dada sociedade diminui. Esta tendência irá contribuir para a redução do nível de criminalidade. Ao mesmo tempo, abundância cresce junto com a propriedade de bens que podem ser roubados com relativa facilidade, e também com um estilo de vida menos “caseiro” que expõe as pessoas a um maior risco de vitimização por desconhecidos. Elevada prosperidade irá convidar a elevados níveis de crimes oportunistas. Abundância, então, atua tanto como um importante fator inibidor de certas formas de crime quanto como um catalizador para outros (DIJK, 2012).

Analisando a literatura e os dados da ONU sobre a relação entre desenvolvimento e criminalidade, Da mesma forma, Del Fratte argumenta que, não obstante diversos estudos tenham analisado o tema, não há uma conclusão clara sobre as consequências do crescimento socioeconômico sobre o crime:

enquanto uma crença tradicional sugere que o progresso tecnológico e uma distribuição mais equânime da riqueza reduzirá os conflitos sociais, outras teorias propõem que crescimento socioeconômico e modernização necessariamente envolverão um aumento nas

taxas de criminalidade, particularmente nos crimes contra a propriedade. Essa teoria está sustentada pela observação de que países desenvolvidos geralmente apresentam mais altas taxas de furto e mais baixas taxas de homicídio do que os países em desenvolvimento (DEL FRATE, 1998),

De modo geral, os crimes violentos contra a pessoa são “*poverty driven*” e diminuem com a redução da pobreza, enquanto os crimes contra a propriedade são em grande parte “*opportunity driven*” e aumentam com o decréscimo da pobreza. (DIJK, 2012).

Baseado neste pressuposto, pode-se dizer que a criminalidade brasileira recente, principalmente a observada no Norte e Nordeste na última década, é fruto não apenas da miséria, mas também do desenvolvimento, ou melhor, de certo tipo de desenvolvimento que se fez rápida e desordenadamente, inchando as periferias dos centros urbanos. Este desenvolvimento trouxe melhorias econômicas e sociais – diminuição do analfabetismo e da mortalidade infantil e aumento da renda média. Mas a reboque, este processo de crescimento e desenvolvimento aglutinou, no entorno dos grandes centros, uma massa de população urbana que convive com riqueza e abundância, beneficia-se parcialmente dela, mas que não se integrou nem tem meios de se integrar aos mercados sofisticados de produção e consumo dos polos desenvolvidos destas cidades.

Quando vista no decorrer de décadas, a relação entre desenvolvimento econômico e crime patrimonial apresenta-se, normalmente, não de maneira linear, mas sim em forma de

“U” invertido: ou seja, o crime patrimonial é baixo nos locais pouco e muito desenvolvidos e elevado nas áreas de nível médio de desenvolvimento.

Esta correlação entre crime patrimonial e renda é visível não apenas ao nível ecológico, mas também em âmbito individual, quando utilizadas as pesquisas de vitimização, que corroboram o mesmo fenômeno em quase todos os locais onde foram aplicadas, em todo o mundo: a vitimização cresce com a escolaridade e renda dos indivíduos.

Lançando mão da pesquisa de vitimização Ilanud de 2002, como pode ser observado a partir da análise das médias e da prevalência de crimes no período de cinco anos, existe uma relação linear entre probabilidade de vitimização e renda: nas famílias que ganhavam até R\$ 400,00 mensais, 39% afirmaram ter sido vítima de pelo menos um dos crimes listados, ao menos uma vez. A porcentagem sobe linearmente até atingir 64%, entre as famílias que com renda mensal superior a R\$ 1.600,00.

Os crimes contra o patrimônio, em resumo, ocorrem onde existe patrimônio para ser subtraído. Como decorrência, eles tendem a acontecer com maior incidência nos Estados mais ricos, nas cidades mais ricas, nos bairros mais ricos e atingir com maior probabilidade as pessoas de renda mais elevada. O crescimento econômico da última década trouxe impacto sobre a criminalidade no país e este impacto foi diferenciado, dependendo do contexto social e econômico prévio da região: queda dos homicídios no Sudeste e aumento dos crimes patrimoniais e homicídios no Norte/Nordeste.

Tabela 1 - Indicadores econômicos selecionados, segundo grupos de Estados de baixo e alto nível socioeconômico Brasil – 1999-2009

Grupos de Estados	Renda		PIB 2009	Renda média de todos os trabalhos		Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal	
	1999	2009		1999	2009	2000	2009
Nível socioeconômico baixo	397,25	516,82	34.129,17	729,50	876,44	0,52	0,65
Nível socioeconômico alto	678,29	896,49	242.228,11	1107,89	1280,56	0,65	0,79
Total	490,93	643,38	103.495,48	855,63	1011,14	0,57	0,70
Teste F	0,08	0,00	0,00	0,32	0,05	0,77	0,95

Fonte: IBGE, IPEADATA e Firjan

Dois diferentes contextos sociais

Quando o crescimento social e econômico brasileiro acelerou na última década, ele gerou impactos diferenciados sobre a criminalidade no país, em função do contexto prévio das diferentes regiões.

Por volta do ano 2000, poderíamos dividir o país em duas grandes regiões, de acordo com o nível socioeconômico dos Estados, com 18 Estados no primeiro grupo, principalmente das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, e nove no segundo, especialmente do Sul e Sudeste.

De um lado, havia, então, um grupo de Estados com elevado nível socioeconômico, possuindo alta cobertura de esgoto nas residências, expectativa de vida ao redor dos 75 anos de idade e reduzida porcentagem de analfabetos na população. Do outro, principalmente no Norte e Nordeste, estavam Estados com condições de saneamento precárias, expectativa de vida ao redor dos 71 anos e elevados índices de analfabetismo.

Do ponto de vista econômico também existiam – e ainda persistem – grandes diferenças entre eles: no grupo de baixo nível socioeconômico, a renda, por definição, era menor, assim como o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita*, o comércio varejista menos desenvolvido, entre outras diferenças. Nos últimos anos, a renda e a atividade econômica cresceram em ambos os grupos, mas as diferenças continuam significativas.

Correlatos da renda: *responsive securization* e organização do sistema de justiça criminal

Façamos aqui uma primeira parada para investigar alguns correlatos de renda e suas implicações criminológicas: estudos de vitimização mostram que o uso de mecanismos de autoproteção, principalmente os mais caros e sofisticados, variam com a renda. Assim, nos Estados do grupo de maior renda, também era mais frequente o uso de alarmes contra roubos em residências e outros meca-

nismos de autoproteção, além de contarem com mais recursos para investir no sistema de justiça criminal.

Responsive Securization

Uma hipótese complementar para explicar o menor aumento da criminalidade no Sudeste e o crescimento no Norte/Nordeste é a da *responsive securization*, que tem sido invocada para explicar a queda generalizada da criminalidade nos países desenvolvidos na última década, utilizando dados de pesquisas de vitimização da ONU. De acordo com esta teoria, mesmo com o aumento da oferta de bens em circulação, a adoção em massa de dispositivos de segurança pela população dos países abastados – alarmes, câmeras, detectores, travas, segurança particular, etc. – fez declinarem as taxas de crimes patrimoniais, especialmente os cometidos por jovens e criminosos oportunistas (DIJK, 2012). Tais dispositivos baratearam de preço com a produção em massa e diversos países obrigam por lei que alvos visados, como automóveis, motocicletas e residências, utilizem estes mecanismos de proteção.

Assim, uma das possíveis razões para a queda ou desaceleração dos crimes patrimoniais no Sudeste brasileiro pode ser o crescimento da segurança pessoal e eletrônica e do uso de estratégias de *opportunity blocking* nestes Estados, onde a renda é mais elevada e a expansão da criminalidade ocorreu anteriormente, a partir da década de 1970. Corroborando os achados de Van Dijk, a análise da relação entre renda familiar e uso de alarme é positiva e significativa, tomando por base dados de vitimização em 90 bairros de São Paulo. Nos Estados do Norte/Nordeste, onde o crescimento

da criminalidade é mais recente, ainda não é habitual o uso destas estratégias preventivas.

Uma evidência disto vem da pesquisa de vitimização nacional de 2010 da Senasp, cujos primeiros dados foram recentemente divulgados. Há uma relação negativa e significativa entre “existência de alarme na residência” e “porcentagem dos respondentes que evitam sair de casa por medo do crime”, mesmo controlando pela renda do Estado, que afeta a possibilidade de compra destes equipamentos. Os Estados do Sul e Sudeste, de criminalidade mais antiga, são os que mais adotam alarmes residenciais – o que explica eventualmente o menor aumento da criminalidade e a menor sensação de insegurança nestas regiões. Norte e Nordeste, onde a onda criminal é mais recente, adotariam menos estes dispositivos de proteção – o que explicaria a intensidade do aumento criminal nestes Estados e a elevada sensação de insegurança.

Sistema de justiça criminal

A organização do sistema de justiça criminal também varia de acordo com a riqueza local e interfere no relacionamento entre desenvolvimento econômico e criminalidade. Um bom sistema de justiça criminal, capaz de inibir a criminalidade, depende de muitos fatores, sendo que a disponibilidade de recursos nas mãos do poder público estadual é um dos mais relevantes. Assim, nos Estados onde a renda média é maior, também são maiores os recursos para o sistema de justiça criminal (polícia, sistema prisional, etc.) e maiores as taxas de encarceramento e de policiais por habitante. A renda elevada, conforme discutido anteriormente, também impacta no volume

Tabela 2 - Uso de mecanismo de proteção e indicadores do sistema de justiça criminal, segundo grupos de Estados de baixo e alto nível socioeconômico
Brasil – 2000-2011

Grupos de Estados	Residências com alarme (%) 2011	Taxa de impunidade (1) 1999/2000	Taxa de encarceramento (por 100 mil hab.)			Taxa de policiais (por 100 mil hab.) 2000
			2000	2010	2011	
Nível socioeconômico baixo	5,76	1,26	101,92	347,21	349,50	348,51
Nível socioeconômico alto	13,19	0,98	141,90	347,74	370,00	398,27
Total	8,24	1,17	115,25	347,39	356,33	365,09
Teste F	0,38	0,30	0,43	0,05	0,13	0,20

Fonte: Pesquisa de Vitimização Senasp (no prelo), DEPEN e Ministério da Justiça/Senasp

de crimes patrimoniais e tem um efeito independente sobre as taxas de encarceramento.

Existem evidências de que também o sistema de justiça criminal nestes Estados mais desenvolvidos era mais bem organizado no começo da década, uma vez que o sistema de justiça criminal depende em boa parte dos impostos, que são uma função do tamanho da economia local.

Crescimento econômico e oportunidades criminais

Sabemos portanto que, num horizonte temporal mais longo, o crescimento dos roubos e furtos pode ocorrer não apenas em função da deterioração econômica, que afeta a propensão dos criminosos a praticarem mais crimes, mas também como consequência do crescimento rápido e desorganizado da economia e da renda num contexto de subdesenvolvimento social, que atinge a disponibilidade de bens. Este processo parece se aplicar ao caso dos Estados do

Norte e Nordeste, onde verificam-se, simultaneamente, aumento dos crimes patrimoniais e dos homicídios e elevação generalizada da riqueza local em anos recentes, especialmente no Nordeste. Este crescimento, por outro lado, não se fez acompanhar de aumento, no mesmo ritmo, dos indicadores sociais, como educação. Utilizando um conceito clássico da sociologia, podemos chamar este processo de “anomia”.

O ritmo do crescimento social e econômico, como é sabido, foi mais intenso nesta última década justamente nos Estados de baixo nível socioeconômico, mesmo porque os patamares anteriores eram muito baixos, o que, em geral, contribui para mudanças relativas mais acentuadas. Ambos os grupos cresceram em termos absolutos, mas no primeiro foram maiores a redução das desigualdades, o crescimento do PIB, o incremento do comércio e o aumento da renda da população, inclusive pelo impacto do crescimento da renda por meio do Programa Bolsa Família.

Tabela 3 - Variação dos indicadores econômicos, segundo grupos de Estados de baixo e alto nível sócio econômico

Brasil – 2000/2010

Em porcentagem

Grupos de Estados	PIB	Comércio	Renda	Renda média de todos os trabalhos	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	Índice de Gini
Nível socioeconômico baixo	138,28	125,24	158,93	24,91	24,92	-17,01
Nível socioeconômico alto	126,22	78,20	134,12	16,58	22,08	-14,32
Total	134,26	109,56	150,66	22,13	23,98	-16,11

Fonte: IBGE e Firjan

Tabela 4 - Taxas e variação dos indicadores criminais, segundo grupos de Estados de baixo e alto nível socioeconômico

Brasil – 1997-2011

Grupos de Estados	Taxa de roubo de veículos (por 100 mil hab.)		Variação da taxa de roubo de veículos (%) 1997/2010	Taxa de homicídios dolosos (por 100 mil hab.)			Variação da taxa de homicídios dolosos (%)	
	1997	2010		1999	2010	2011	1999/2010	1999/2011
Nível socioeconômico baixo	7,16	186,35	2500,93	23,27	26,94	27,48	15,76	18,07
Nível socioeconômico alto	54,62	194,86	256,73	24,05	18,03	22,03	-25,03	-8,38
Total	22,98	189,18	723,12	23,53	23,97	25,66	1,86	9,06
Teste F	0,00	0,12	0,00	0,53	0,13	0,27	0,19	0,15

Fonte: Senasp, Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Também quanto ao perfil da incidência criminal, vale notar que existiam originariamente diferenças relevantes entre os dois grupos de Estados, principalmente com relação aos crimes contra o patrimônio, que variam conforme a renda local: se as taxas de homicídio eram similares no final dos anos 1990, a taxa de roubo de veículos

era bastante superior nos Estados de maior nível socioeconômico. Uma década depois, os crimes contra o patrimônio mantiveram-se estáveis no grupo de alto nível socioeconômico, mas dispararam naquele de baixo nível socioeconômico. O crescimento rápido da renda nas áreas de baixo nível socioeconômico trouxe um aumento da

oferta de bens subtraíveis, ainda mais atrativos no meio de uma população pouco escolarizada e com indicadores sociais ruins.

Na última década, as taxas de homicídio aumentaram 15,7% na área mais pobre do país e diminuíram 25,0% na mais rica. A taxa de roubo de veículos cresceu 2.500% no primeiro grupo, contra 257% no segundo.

Sensação de segurança

As pesquisas de vitimização trazem também dados importantes para mensurar a sensação de segurança da população, variável subjetiva que intermedia, entre outras, a relação entre vitimização patrimonial e uso de arma de fogo e outros mecanismos de proteção.

Não obstante eventuais incongruências, os dados dos Estados brasileiros parecem sugerir que um aumento rápido e intenso da criminalidade em determinado local afeta de forma linear a sensação de insegurança da população: quanto maior a variação percentual dos crimes de homicídio e roubo na última década no Estado, mais elevada é a sensação de insegurança da

população. Ao que parece, não é o nível absoluto que assustou os habitantes dos Estados do Norte/Nordeste, mas sim a novidade e a velocidade do crescimento relativo da criminalidade na década. Diferentemente dos moradores das grandes capitais do Sul e Sudeste, já acostumados com níveis elevados de criminalidade desde pelo menos os anos 1980, os habitantes do Norte e Nordeste foram surpreendidos pelo aumento da criminalidade na última década.

Uma das consequências desta disparada dos crimes patrimoniais no grupo de baixo nível socioeconômico foi o aumento da sensação de insegurança, medida pelas pesquisas de vitimização. Dados de 2011 da pesquisa de vitimização Senasp mostram que 73,8% dos habitantes dos Estados de baixo nível socioeconômico “evitam sair de casa por medo do crime”, em contraste com 61,7% dos habitantes dos Estados de alto nível socioeconômico. Não apenas os crimes patrimoniais subiram menos nestes Estados, como também os habitantes já estavam habituados a patamares elevados de criminalidade, processo anterior, que data pelo menos do início dos anos 1980.

Tabela 5 - Proporção dos entrevistados que afirmaram evitar sair de casa por medo do crime, segundo grupos de Estados de baixo e alto nível socioeconômico
Brasil - 2011

Grupos de Estados	Evitam sair de casa por medo do crime (%)
Nível socioeconômico baixo	73,85
Nível socioeconômico alto	61,71
Total	69,80
Teste F	0,85

Fonte: Senasp. Pesquisa de Vitimização 2011.

Ainda que as taxas de crimes patrimoniais sejam menores nos Estados de baixo nível socioeconômico, a diferença relativa foi grande, pois os índices anteriores eram bastante reduzidos. Além disso, tanto o sistema de justiça criminal quanto a população em geral parecem ter sido pegos de surpresa pelo crescimento súbito e acelerado da criminalidade patrimonial. Isto explica, em parte, as razões do impacto positivo do Estatuto do Desarmamento de 2003 nos Estados desenvolvidos e seu efeito quase nulo nos demais. Os custos da punição de andar armado tornaram-se elevados para todos, mas num contexto criminal diferente: de um lado, criminalidade patrimonial antiga e sistema de justiça criminal mais bem organizado, inclusive para implementar o Estatuto; de outro, criminalidade recente, crescendo exponencialmente, ausência de mecanismos de prevenção e sistema de justiça criminal menos organizado.

Crescimento da sensação de insegurança leva ao aumento de armas de fogo em circulação

Armas de fogo são adquiridas pela população como instrumento para proteção e defesa pessoal. Dados de pesquisas de vitimização sugerem que as pessoas mais preocupadas com a segurança, de modo geral, são também as mais propensas a andar armadas. Assim, os indivíduos que relataram ter investido em equipamentos de segurança residencial no último ano são mais propensos a afirmar que teriam arma de fogo para proteção, a andar armados e acreditar que arma de fogo protege da violência (Pesquisa de vitimização IFB, 2003).

Do mesmo modo, os indivíduos que sofreram algum tipo de vitimização alguma vez na

vida são também mais propensos a afirmar que teriam arma de fogo para proteção, a andar armados e acreditar que arma de fogo protege da violência. Esta tendência é especialmente forte entre aqueles que foram agredidos, ameaçados ou feridos por armas de fogo ou outro tipo de arma (Pesquisa de vitimização IFB, 2003).

Logo, se a violência, criminalidade e insegurança cresceram mais intensamente no Norte e Nordeste do país na última década e sendo correta a suposição de que mais crimes e insegurança levam ao aumento de armas em circulação, é possível especular que, neste período, houve aumento de armas em circulação naqueles Estados, o que explicaria em parte o intenso crescimento dos homicídios, apesar do Estatuto.

A posse e o porte de armas são ilegais no país desde 2003, ano em que foi editado o Estatuto do Desarmamento e, não por acaso, primeiro ano em que o ritmo nacional de elevação dos homicídios diminuiu em duas décadas. Apesar de a lei ser nacional, verificam-se dois movimentos diferentes, conforme o contexto da região. Na maioria dos Estados do Norte e Nordeste observa-se forte desenvolvimento econômico na última década, que, por sua vez, fez crescer a renda e bens em circulação nestes Estados, que fez crescer o crime patrimonial, que aumentou a sensação de insegurança, que fez crescer o volume de armas em circulação para proteção pessoal. Já nos Estados do Sudeste, onde o crescimento econômico não foi tão elevado, não houve expansão acelerada do crime patrimonial e, em alguns casos, ocorreu queda. Logo, a sensação de insegurança não disparou como no Norte e Nordeste. Neste caso, o risco de ser parado com uma arma ilegal foi maior do que o risco de ser vítima de crime e

não houve aumento, mas sim redução do número de armas em circulação. Aqui também pode ter contribuído para a equação o maior ou menor desempenho das polícias estaduais na implementação rigorosa do Estatuto do Desarmamento.

As diferentes velocidades de crescimento econômico entre Norte/Nordeste e Sudeste, na última década, ajudam a entender porque o Estatuto do Desarmamento, embora nacional, “funcionou” em algumas regiões e em outras não.

O volume de armas em circulação (mensurado aqui com dados de agressões externas e autolesões intencionais causadas por armas de fogo, do *Data-sus*) aumentou de forma mais intensa nos Estados que tiveram rápida expansão econômica e maior crescimento da criminalidade, conforme previsto.

Seguindo os pressupostos da teoria da escolha racional, os indivíduos – criminosos ou vítimas em potencial – adaptam seus comportamentos em função do contexto, levando em conta as oportunidades do mercado, os custos da ação criminosa, a percepção de insegurança e outras variáveis que oscilam no tempo e no espaço. Assim, presenciamos diminuição do número de armas em circulação nos Estados de alto nível socioeconômico e estabilidade naqueles de baixo nível, onde os benefícios de andar armado compensavam os custos da punição. Evidências indiretas disto foram a relativa estabilidade dos suicídios com arma de fogo no grupo de baixo nível socioeconômico – variável substituta para armas em circulação – e a redução de 29,3% no grupo de alto nível.

Em resumo, com a continuidade das armas em circulação, no meio de uma população

pouco educada e assustada, e aumento exponencial dos crimes patrimoniais, crescem as taxas de homicídio, que no Brasil são majoritariamente crimes interpessoais.

Armas e homicídios

Os homicídios dolosos no Brasil são, em sua maioria, de natureza interpessoal, ou seja, ocorrem entre pessoas que se conhecem. A concentração de casos nos finais de semana, nos horários noturnos, a elevada concentração de álcool no sangue das vítimas e a “fraca intencionalidade” (poucos tiros em partes não letais) são elementos que sugerem esta natureza interpessoal.

Como todo evento não premeditado, a maior presença de armas de fogo no ambiente eleva a probabilidade do evento morte numa alteração. Assim, as armas de fogo que foram para as ruas como instrumento de proteção pessoal contra o crime patrimonial acabam utilizadas para a perpetração de crimes passionais, fúteis, suicídios.

Outros fatores sendo iguais (como o desempenho policial na busca e apreensão de armas), o volume de armas em circulação em determinado local pode ser mensurado também pelo volume de apreensões de armas feitas pela polícia.

Além da apreensão de armas feita pela polícia, outra *proxi* utilizada na literatura criminológica para estimar o número de armas em circulação é usar o número de suicídios cometidos por arma de fogo como substituto para quantidade de armas. Em trabalho anterior, foi mostrada a relação existente no Brasil entre a venda de armas de fogo por Estado em 1997 e 1998 pela Taurus e a taxa de suicídios dos Estados

(Datusus). Assim, na ausência de um indicador direto, é possível lançar mão tanto do volume de armas apreendido pela polícia quanto da taxa de suicídios por arma de fogo como medidas aproximadas do volume de armas em circulação em determinado Estado. Aceitando esta premissa, existem evidências de que, na última década, o aumento de armas de fogo no Brasil (medido pela variação dos suicídios com armas) foi maior no Norte/Nordeste e que este crescimento explica, em parte, a variação nas taxas de homicídio entre 2000 e 2010.

Conclusão: a queda dos homicídios no Sudeste e o aumento no Norte/Nordeste

A pergunta do porque a criminalidade caiu no Sudeste não admite respostas simples e é quase um truísmo afirmar que se deve a múltiplas causas, muitas delas já aventadas na literatura criminológica brasileira e estrangeira. A Lei Seca adotada em alguns municípios, o Estatuto do Desarmamento e o foco policial na retirada de armas de fogo de circulação, os projetos sociais governamentais ou feitos em parceria com o terceiro setor, a melhora dos indicadores socioeconômicos, mudanças demográficas como a diminuição dos jovens, o aumento das taxas de encarceramento, a participação mais ativa dos municípios e do governo federal na segurança e diversos outros fatores já foram elencados e examinados no seu papel para a redução da criminalidade.

Para não cair num discurso genérico de que tudo foi importante ou igualmente importante, se tivéssemos que opinar sobre quais as

principais razões da queda e ponderá-las, poderíamos eleger, pela ordem de importância:

- 1) a retirada de armas de fogo de circulação;
- 2) as novas ferramentas e técnicas de gestão policiais;
- 3) o aumento das taxas de encarceramento;
- 4) o crescimento econômico equilibrado no Sudeste, num contexto socioeconômico relativamente desenvolvido;
- 5) as dinâmicas demográficas estaduais;
- 6) o uso mais intenso dos equipamentos de segurança no Sudeste.

Estes fatores, juntamente com o contexto apresentado, ajudam a entender porque a criminalidade caiu particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro e porque a queda começou, dependendo do tipo de crime, por volta dos anos 2000/2001. Os Estados do Norte e Nordeste, por sua vez, foram surpreendidos pela onda de criminalidade da última década. A economia cresceu e a renda e disponibilidade de bens aumentaram nestes Estados, sem o correspondente crescimento da qualidade de vida da população. O crime patrimonial cresceu e com ele aumentou a sensação de insegurança da população. A situação se agravou em função da baixa eficiência do sistema de justiça criminal nestes Estados e pelo uso pouco intensivo de estratégias de *opportunity blocking* e prevenção situacional pela população. Uma das consequências foi o aumento das armas em circulação – por parte tanto dos criminosos quanto das vítimas em potencial. Este incremento das armas em circulação, por fim, potencializou o crescimento dos homicídios dolosos nestas áreas.

1. Este texto é um resumo do projeto de pós doutorado apresentado pelo autor para a Intervict, Universidade de Tiburg

Referência bibliográficas

- ARAÚJO JR., A. F. de; SHIKIDA, C. D. Decomposição das taxas de homicídios no Brasil e seus estados: a “demografia” é de fato importante? **Economia & Tecnologia**, Ano 7, v. 24, jan./mar. 2011.
- _____. Recessões e recuperações na atividade econômica: mesmo efeito sobre a criminalidade? **Economia & Tecnologia**, Ano 6, v. 22, jul./set. 2010.
- ASSIS SHIKIDA, P. F. **Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico**: um estudo para o Estado do Paraná. Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers, Berkeley Program in Law and Economics, UC Berkeley, 2009.
- BARCELLOS, O.; PEREZ, R. T. A dinâmica da criminalidade brasileira entre a exclusão social e o crescimento econômico. **Perspectiva Econômica**, v. 5, n. 2, p. 92-112, jul./dez. 2009.
- BLUMSTEIN, A.; WALLMAN, J. **The crime drop in America**. After the crime drop. Revised Edition, 2005.
- DEL FRATE, A. A. Victims of crime in the developing world. **Unicri**, n. 57, 1998.
- DIJK, J. V. Determinants of crime. **Crime and criminal justice systems in Europe and North America**. European Institute for Crime Prevention and Control, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Relatório do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos**. FGV, maio de 2009.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Revista de Economia Política**, v. 31, nº 1 (121), p. 160-180, jan./mar. 2011.
- MOCAN, H. N.; BALI, T. G. **Asymetric crime cycles**. NBER, 2005 (Working paper series, 11210).
- MURRAY, J.; CERQUEIRA, D.; KAHN, T. **Crime and violence in Brazil: systematic review of prevalence and risk factors**. Unpublished paper, 2012.
- PINHO DE MELLO, J. M.; CERQUEIRA, D.. **Evaluating a national anti-firearm law and computing the causal effect of guns on violent crime**. Unpublished paper, 2012.
- RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Est. Econ.**, v. 41, n. 1, p. 173-195, jan./mar. 2011.
- SANTOS, M. J. dos; KASSOUF, A. L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Revista Economia**, maio/ago. 2008.
- SANTOS, M. J. dos. Convergência das taxas de crimes no território brasileiro. **Revista Economia**, jan./abr. 2011.
- _____. Dinâmica temporal da criminalidade: mais evidências sobre o “efeito inércia” nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros. **Revista Economia**, jan./abr. 2009.
- SEILLIER, M. **Criminalidade nos estados brasileiros no período 2000 a 2005**: uma análise econômica com dados em painel. Tese (Mestrado em economia). Brasília, UNB, 2010.
- SHIKIDA, C. D. Considerações sobre a economia do crime no Brasil: um sumário de 10 anos de pesquisa. **EALR**, v. 1, n. 2, p. 318-336, jul./dez. 2010.
- THEODORO, M. I.; **Um estudo da relação entre polarização de renda e criminalidade para o Brasil**. Tese (Mestrado). Ribeirão Preto, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, 2011.
- ZIMRING, F. E. **The great american crime decline**. Oxford University Press, 2007.

Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste

Túlio Kahn

Resumen

Crecimiento económico y criminalidad: una interpretación de la caída de los índices criminales en el Sudeste y del aumento en el Norte/Nordeste

El artículo intenta explicar las tendencias criminales recientes en Brasil, en especial las razones de la caída de la criminalidad en el Sudeste y el crecimiento de los índices en el Norte y Nordeste durante la última década. Se discute cómo los indicadores económicos afectan a los crímenes patrimoniales, la sensación de seguridad, la disponibilidad de armas y homicidios y cómo las diferencias de nivel y evolución del desarrollo económico de las regiones brasileñas los últimos años ayudan a entender la criminalidad actual.

Palabras clave: Indicadores; Criminalidad; Desarrollo económico.

Abstract

Economic growth and crime: an interpretation of the fall in crime in the Southeast of Brazil, and the rise in crime in the North/Northeast

This article seeks to explain recent Brazilian crime trends, above all the reasons behind the fall in crime in the Southeast and the rise in crime in the North/Northeast in the last decade. It discusses how economic indicators affect crimes against property, the sensation of security, the availability of weapons, and homicides, as well as how differences in the level and speed of economic development in Brazil's regions in recent years all help to understand the current crime figures.

Keywords: Indicators; Crime; Economic Development.

Data de recebimento: 27/11/2012

Data de aprovação: 31/01/2013